



22 – A INTOLERÂNCIA DO LAICISMO

P. *Boa noite. Este é mais um programa da responsabilidade da Caritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco.*

Para falar connosco, Elicídio Bilé traz-nos mais um tema no qual aborda o “laicismo” e as manifestações de intolerância que esta ideologia provoca em toda a vida social.

Começo por lhe perguntar: - Está o laicismo a proliferar de tal forma que começa a importunar a acção da Igreja?

R. Boa noite. Talvez seja interessante começarmos por aí.

A sua pergunta é pertinente, apesar da resposta estar implícita, mas convém dizer porquê.

Como sabe, o laicismo é uma doutrina filosófica que defende e promove a separação do Estado das Igrejas e das comunidades religiosas e fomenta a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Isso é bom e salutar, porque, existiam muitas intromissões de diversas correntes religiosas na política dos Estados, como ainda hoje se verifica em muitos Estados Islâmicos, os chamados regimes “teocráticos”.

O laicismo teve o seu auge no final do século XIX e no início do Século XX. Hoje, a Igreja em Portugal, tal como em França e noutros países, vive confortavelmente neste regime de separação de poderes.

E, porquê?

– Porque, contrariando alguma indignação que ocorreu no início do século passado, motivada por alguns cépticos que não queriam que o catolicismo deixasse de ser a religião oficial do Estado, proibindo outras confissões de actuarem livremente, a Santa Sé e o Estado Português celebraram um

acordo, entre si, a que se chamou “*Concordata*”, a partir do qual esta separação passou a ser efectiva.

P. *Mas, recentemente, foi revista a “Concordata”. A nova “Concordata” já está em vigor?*

R. De facto, a nova “*Concordata*” foi revista e aprovada no final de 2004 contudo, passados 3 anos, ainda não foi regulamentada, o que está a causar algum mal-estar.

É, por causa desse mal-estar e por outras razões que iremos abordar no decurso desta nossa conversa que estou, hoje, a fazer a abordagem deste tema.

O laicismo, na forma de que se reveste nos nossos dias, é incompatível com a laicidade do Estado.

A laicidade do Estado, se assumida com verdade e em plenitude, é uma atitude democrática e impulsionadora de uma sã convivência entre os cidadãos de qualquer religião ou que não professam qualquer credo religioso. No fundo, induz à obtenção da paz social de que estamos tão carentes.

No entanto, o que constatamos é que, por parte de quem, pelo cargo público que ocupa, ignorando este princípio básico da democracia que é o de dar tratamento igual a todas as organizações e instituições, aceites constitucionalmente, coarcta o exercício da sua actividade ou da sua acção.

P. *Quer explicitar?*

R. Sim. - Não acha estranho que passados três anos da celebração da “*Concordata*” o governo português ainda não tenha tido tempo de aprovar a sua regulamentação, permitindo a sua entrada em vigor?

- Não será também uma estranha coincidência a polémica gerada pela proibição de crucifixos nas escolas?
- A existência de um símbolo religioso, neste caso do cristianismo, a que gerações e gerações se habituaram a ver nas salas de aula?
- Em que é que isto colide com a liberdade de ensino?
- Não é verdade que os símbolos católicos têm em Portugal uma dimensão histórica e cultural que ninguém pode negar?

A este propósito, num artigo da autoria do Dr. Francisco Sarsfield Cabral, o seu autor questionava:

- Faria sentido acabar com o feriado do Natal?

- Faria sentido tapar as fachadas das igrejas, para não serem vistas?

O Dr. Sarsfield Cabra conclui que *isso seria tão absurdo como eliminar em Israel os feriados judaicos.*

Mas vai mais longe ao afirmar, por contraste, que *ainda não se viu serem eliminados os símbolos maçónicos nas estátuas e monumentos nas nossas ruas, por ofenderem os que não partilham tais convicções.*

- E os crucifixos, ofendem alguém? Haja bom senso.

Vou dar-lhe mais exemplos de intolerância religiosa que motivam e defendem o “laicismo” anacrónico:

A recente disputa sobre a introdução da IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez), eufemismo para significar o “aborto”, levou os seus defensores a afirmar que *o problema deveria ser estudado e entendido com uma questão de saúde pública e não do ponto de vista ético.*

P. Esta situação está a verificar-se só em Portugal, ou também acontece noutros países?

R. Infelizmente acontece um pouco por todo o planeta.

Por exemplo, um caso, ocorrido nos Estados Unidos. No Estado do Texas, foi proposta a retirada do texto dos “Dez Mandamentos”, que estava afixado na parede de certos edifícios públicos, seguindo um costume antigo, alegando-se que se tratava de um símbolo religioso que colidia com o carácter laico do Estado. A proposta não foi por diante (mas só em parte). Noutro caso recente, verificado em França, as meninas muçulmanas foram proibidas de usar o véu islâmico.

Também na Alemanha foi proposto que as freiras fossem proibidas de usar o hábito nas escolas e nas repartições públicas, alegando igualmente que um Estado laico é incompatível com os “símbolos religiosos”.

Eu pergunto:

- Alguma vez, em qualquer destes Estados, foi proibido que as alunas usassem mini-saia e outro sumaríssimo vestuário, ou vestes estereotipadas, tipo “Punk, ou com símbolos de superstições esotéricas?

Quanto às situações verificadas em Espanha, atrevo-me a transcrever o artigo do jornalista Vasco Pulido Valente publicado no jornal “Público”, no dia 5 de Janeiro deste ano, sob o título “*O fanatismo da tolerância*”. Diz o artigo:

“O governo socialista de José Luís Zapatero resolveu suprimir o ensino religioso, facilitar o divórcio e permitir o casamento de homossexuais. O objectivo é o” reequilíbrio” da Espanha, que, segundo parece, trinta anos de democracia deixaram excessivamente católica e “franquista”. Dentro do seu papel e do seu direito, o arcebispo de Madrid e o arcebispo de Valência convocaram uma pequena manifestação de protesto (160.000 pessoas) contra a “cultura do laicismo” e contra as leis que alegadamente contrariam o “matrimónio indissolúvel” e a “transmissão da vida”.

O governo de Zapatero acusou logo a Igreja de se intrometer na campanha eleitoral (a 9 de Março há eleições), de fazer um comício como um vulgar partido (no caso, o PP) e de “ignorar e “não respeitar” os princípios da liberdade.

Em Espanha, e na “Europa” inteira, ninguém se lembraria de criticar ou de inibir manifestações contra o ensino religioso, pela facilitação do divórcio ou pelo casamento de homossexuais. Como ninguém se lembra de criticar ou de inibir manifestações por formas de autonomia nacional, ou até entram, pelo separatismo. E obviamente ninguém pede que se ponha fim a uma certa propaganda islâmica ou, se preferirem, de ensino corânico, que prega a perversidade essencial do Ocidente e tenta promover a sua expedita eliminação. Tudo isto a “Europa” acha legítimo; e sobretudo estende a sua simpatia. Em contrapartida cai o céu se qualquer católico, padre ou Papa, se atrever a afirmar activamente o que pensa. A “Infame” deve estar calada ou, pelo menos, ser discreta.

O fanatismo, o da Espanha (de Zapatero) e o da “Europa”, não é novo; e o fanatismo anticatólico também não. É só estranho que este se funde na “diversidade” e o aceitem em nome da “tolerância”. Uma “diversidade” imposta e limitada pela força do Estado, que não levanta a mais leve dúvida ou o mais leve incómodo. E uma “tolerância” reservada ou recusada pela ortodoxia oficial, que se tornou o argumento supremo da intolerância. O mundo moderno e a opinião que o sustenta autorizam, o que autorizam e proíbem, muito democraticamente, o resto. As democracias, como se sabe, produzem com facilidade aberrações destas. Quem não gosta que se arranje ou se afaste.

O Papa Ratzinger previu para a Igreja uma era de quase clandestinidade. Provavelmente não se enganou.

Com a clarividência deste notável artigo de opinião, poderia terminar esta minha crónica mas, voltemos a Portugal.

A regulamentação da lei da assistência religiosa nos hospitais do Estado, apresentada pelo Governo, foi bastante criticada e denunciada por quase toda a gente.

De acordo com as diversas fontes noticiosas, o capelão hospitalar só pode aproximar-se dos doentes quando o doente o requerer por escrito e assina a requisição, solicitando a sua presença.

D. António Marcelino, em Setembro de 2007 dava o seu testemunho pessoal do serviço que prestou como capelão no Sanatório de Portalegre, dando conforto anímico e apoio humano e religioso a cerca de cem homens alentejanos, muitos deles com os pulmões desfeitos pela silicose produzida pela poeira das minas e, comentando esta medida, deste governo que temos, teceu a seguinte consideração que não me coíbo também de transcrever:

«Só quem nunca sentiu a comunicação silenciosa de um gesto respeitoso quando o silêncio diz mais do que as palavras, pode pensar que basta que o capelão do hospital seja como um bombeiro de serviço, à espera do pedido por escrito e assinado, para se poder aproximar da cama do doente. Para os laicistas associados até isto é de mais, porque para eles o lugar do capelão é na rua.

É a velha miopia moral de quem só enxerga até onde os olhos chegam.»

Creio que para exemplo podemos ficar por aqui. Constatamos que em todas estas posições ideológicas, se visa unicamente neutralizar a religião e a ética cristã.

P. *Em que medida é que estas posições "laicizantes" podem marcar o rumo da história humana?*

R. Subrepticamente, estas posições laicistas começam a influenciar a vida dos cidadãos e, alguma comunicação social tem servido de veículo para introduzir esta doutrina totalitária nas diversas comunidades, nas famílias, nos serviços do Estado, nas associações de base popular, nos serviços sociais, etc.

Carlos Alberto Di Franco, jornalista brasileiro do jornal de S. Paulo e director do Master em Jornalismo no Brasil, afirmou, num artigo publicado naquele Jornal:

«O laicismo-militante actual é uma "ideologia", ou seja, uma cosmovisão - um conjunto global de ideias, fechado em si mesmo -, que pretende ser a "única verdade" racional, a única digna de ser levada em consideração na cultura, na política, na legislação, no ensino, etc.»

E diz mais adiante, naquele artigo:

«O laicismo é um dogmatismo secular, ideologicamente totalitário e fechado na sua "única verdade", comparável às demais ideologias totalitárias, como o nazismo e o comunismo»

«Tal como as políticas nascidas dessas ideologias, o laicismo execra – sem dar audiência ao adversário nem manter respeito por ele – os pensamentos que divergem dos seus “dogmas”, e não hesita em mobilizar a “Inquisição” de sectores dos media, para achincalhar – sem o menor respeito pelo diálogo – as ideias ou posições que se opõem ao seu dogmatismo.»

«Alegará que são interferências do pensamento religioso ou de igrejas, quando um democrata deveria pensar apenas que são outros modos de pensar de outros cidadãos, que têm tantos direitos como eles; e sem reparar que o seu laicismo, dogmático, já é uma pseudo-religião materialista e secular, como foram o comunismo e o nazismo.»

Como vê, as posições que defendo e que deram origem ao tema da nossa conversa, são partilhadas por inúmeras pessoas e instituições que estão atentas e preocupadas com a marcha destes acontecimentos.

P. *Certamente que a Igreja tem posições oficiais sobre estas matérias. Quer referi-las?*

R. É verdade. Como sempre tenho dito, a Igreja está no mundo e vive os acontecimentos que vão ocorrendo, tendo sobre eles uma posição avaliada doutrinalmente pela mensagem do Evangelho.

Assim, nesta conformidade, procurarei esclarecer algumas diferenças entre “laicidade” e “laicismo”, assim como os conceitos de “pluralismo” e

“democracia”, à luz da Doutrina Social da Igreja que, muitas vezes, aqui temos referido a propósito de outros temas que tratámos.

Quanto à laicidade, a Igreja tem, entre outras e a título de exemplo, as seguintes posições:

1. Entende-se por laicidade a distinção entre a esfera política e a religiosa. No n.º 571 do Compêndio da Doutrina Social da Igreja pode ler-se que a Igreja considera essa distinção como *“um valor adquirido e reconhecido pela Igreja”*, que *“faz parte do património da civilização...”*.
2. O princípio da laicidade comporta em primeiro lugar, o respeito de todas as confissões religiosas por parte do Estado, o qual (diz o n.º 572 do Compêndio) *“deve assegurar o livre exercício das actividades cultuais, espirituais, culturais e caritativas das comunidades dos crentes. Numa sociedade pluralista, a laicidade é um lugar de comunicação entre as diferentes tradições espirituais e a nação”*.
3. O secretário das relações da Santa Sé com os Estados, o arcebispo Giovanni Lajolo, dizia que, *quando a laicidade dos Estados é como deve ser, expressão da autêntica liberdade, favorece o diálogo e, portanto, a cooperação transparente e regular entre a sociedade civil e a religiosa, ao serviço do bem comum, e contribui para a edificação da comunidade internacional sobre a base da participação e não sobre a exclusão e o desprezo”*.

Quanto à laicidade autêntica e sadia, como podemos ver, defende e respeita o sadio pluralismo que nenhum católico culto confunde com o indiferentismo religioso.

Já, quanto ao laicismo, completamente diferente da laicidade, ideologia que, no mundo ocidental, se pretende impor como a única admissível, a Igreja também tem, a título de exemplo, as seguintes posições:

1. João Paulo II em Janeiro de 2005 afirmava que o laicismo é *“uma ideologia que leva gradualmente, de forma mais ou menos consciente, à restrição da liberdade religiosa, até promover o desprezo ou a ignorância de tudo o que seja religioso, relegando a fé à esfera do privado e opondo-se à sua expressão pública”*.
2. Também João Paulo II num discurso feito, aos bispos dos Estados Unidos da América, em Dezembro de 2004 dizia que, *“mesmo respeitando plenamente a separação legítima da Igreja e do Estado, a catequese deve também deixar claro que, para o fiel cristão, não pode haver separação entre a fé, que é para ser vivida e posta em prática, e o seu compromisso de participação total e responsável na vida profissional, política e cultural”*.

Podemos concluir, quanto ao laicismo, que qualquer Estado que pretenda respeitar as convicções dos cidadãos laicistas, pela mesma razão é obrigado a respeitar as convicções dos cidadãos cristãos. Caso contrário violaria o princípio da igualdade de direitos entre todos os cidadãos.

P. *Temos de terminar, por isso peço-lhe uma última palavra para concluir a partilha desta comunicação/informação que nos quis deixar.*

R. Obrigado. Para terminar deixava esta constatação de que existe de facto um projecto para erradicar Deus da vida pública e comunitária e isso é o laicismo levado ao extremo e não a sã laicidade que respeita todos os homens e as suas tradições e convicções.

O que está a acontecer é algo de muito grave que se voltará contra o próprio homem.

O projecto, a que assistimos, é o de eliminar a Igreja Católica. Os factos são os factos e eu tentei demonstrar alguns que estão a acontecer.

Se ao longo de 2000 anos de história do cristianismo sempre prevaleceu o Evangelho, tenho fé e uma forte esperança que, passado este ciclo, Deus se tornará mais visível aos olhos dos cépticos e daqueles que o querem sanear.

A atitude dos cristãos é fundamental para que isso aconteça. Pena é que muitos dos baptizados se deixem contaminar pela propaganda dominante e vivam embalados no sonho de uma felicidade onde podem prescindir de Deus que um dia acolheram nas suas vidas.

É preciso que a Igreja esteja atenta, seja congregadora, e os seus pastores olhem para o exemplo do “Bom Pastor” da Escritura – Jesus Cristo – que conhece todas as Suas ovelhas e parte em busca da que se perdeu.

Muito Boa noite

P. *Com esta mensagem do Elicídio Bilé terminamos mais um programa da Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco.*

Muito boa noite

Portalegre, 23 de Janeiro de 2008

Elicídio Bilé